



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 250/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

Ao primeiro dia do mês de abril de 2015, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:00

1. Apreciação e votação da ata n.º 248/XII, relativa à reunião de 25 de março de 2015

2. Apreciação e votação do parecer, na generalidade, sobre o Projeto de Lei n.º 795/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) – Integra a sinistralidade rodoviária como um novo objetivo dos conselhos municipais de segurança procede à primeira alteração à lei n.º 33/98, de 18 de julho, que cria os conselhos municipais de segurança  
– Relator: Deputado Jorge Fão (PS)

3. Petição n.º 481/XII/4.<sup>a</sup> – “Pelo fim das portagens na Via do Infante”  
– Apreciação e votação da nota de admissibilidade  
– Nomeação de relator (cabe ao PS)

4. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 410/XII/3.<sup>a</sup> – “Solicitam melhores acessibilidades na via pública.”  
– Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

5. Metodologia de apreciação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 771/XII/4.<sup>a</sup> (PS) – “Procede à oitava alteração da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, visando um regime sancionatório mais equitativo nas situações de incumprimento do pagamento de taxas de portagem em infraestruturas rodoviárias” e 796/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) – “Oitava alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem”

6. Fixação da Redação Final relativa às Propostas de Lei:

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 250/XII/ 4.ª SL

– n.º 226/XIII/3.ª (GOV) – “Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.”

– n.º 227/XII/3.ª (GOV) – “Procede à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares.”

#### 7. Outros assuntos

10:00

Audição da Comissão Especial de Acompanhamento do processo de reprivatização indireta da TAP, S.A., na sequência de requerimento do PS

---

**09:00**

#### **1. Apreciação e votação da ata n.º 248/XII, relativa à reunião de 25 de março de 2015**

Submetida à votação, a ata n.º 248/XII/4.ª, relativa à reunião de 25 de março de 2015 foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### **2. Apreciação e votação do parecer, na generalidade, sobre o Projeto de Lei n.º 795/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) – Integra a sinistralidade rodoviária como um novo objetivo dos conselhos municipais de segurança procede à primeira alteração à lei n.º 33/98, de 18 de julho, que cria os conselhos municipais de segurança**

**– Relator: Deputado Jorge Fão (PS)**

Pelo Senhor Deputado Jorge Fão (PS) foi apresentado, de forma sucinta, o parecer na generalidade sobre o Projeto de Lei n.º 795/XII/4.ª.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 250/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

Submetidas as partes I e III do parecer a votação, foram as mesmas aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### **3. Petição n.º 481/XII/4.<sup>a</sup> – “Pelo fim das portagens na Via do Infante”**

**– Apreciação e votação da nota de admissibilidade**

**– Nomeação de relator (cabe ao PS)**

Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), para discordar da nota de admissibilidade e defender que a presente petição deveria ser admitida, e seguir a sua tramitação normal, uma vez que tem um objeto distinto da petição n.º 158/XII/1.<sup>a</sup>. Destacou que, entanto na petição n.º 158/XII/1.<sup>a</sup> se solicitava a suspensão da cobrança de portagens na Via do Infante, na petição n.º 481/XII/4.<sup>a</sup> solicita-se a sua revogação. Analisou a nota de admissibilidade, argumentando que realçava os pontos comuns de ambas as petições e ignorava os seus elementos distintos, para além de o universo de peticionários ser outro. Concluiu afirmando que o indeferimento liminar desta petição iria frustrar a expectativa dos peticionários.

Usou da palavra o Senhor Presidente, para manifestar concordância com a nota de admissibilidade.

Pelo Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) foi referido que, no campo dos princípios, concordava que tudo deveria ser discutido na Assembleia da República, mas o que estava em causa era uma petição com o mesmo objeto de uma anterior –o fim das portagens na Via do Infante –, cuja discussão já tinha sido feita na Assembleia da República. Expressou concordância com a nota de admissibilidade.

O Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) afirmou não ter ficado convencido da distinção entre as duas petições e considerou óbvio que a petição em apreço visava a reapreciação por esta Comissão de uma matéria que já tinha sido discutida. Concluiu expressando concordância com o proposto pelos serviços técnico-jurídicos de apoio à Comissão e considerou não se tratar de uma questão de desrespeito pelos peticionários mas sim de respeito por esta Comissão.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 250/XII/ 4.ª SL

Por sua vez, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) considerou que do ponto de vista jurídico a nota de admissibilidade suscitava muito poucas dúvidas e que, apesar de compreender os argumentos do Deputado Paulo Sá, havia muitas maneiras regimentais de revisitar este tema. Em seu entender, se se admitisse esta petição, estar-se-ia a reapreciar a mesma situação, sem que tenham sido invocados novos factos. Reiterou que a nota de admissibilidade estava bem fundamentada do ponto de vista jurídico e que não entendia que da parte dos serviços de apoio à Comissão houvesse qualquer intenção de que não se apreciasse o assunto de fundo. Concluiu manifestando disponibilidade para discutir o tema e para, em sede de Grupo de Trabalho – Audiências da CEOP receber este grupo de cidadãos.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) considerou que poderiam haver dúvidas se o objeto das petições seria distinto e, em seu entender, quando há dúvidas entre o jurídico e o político, escolhe o político. Manifestou apoio à possibilidade de admissão desta petição; se tal não fosse possível, considerou que se devia ouvir os peticionários.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), para reiterar a argumentação de que o objeto das duas petições era diferente e para concluir que o PSD, o PS e o CDS-PP não acolhiam os argumentos do PCP porque o tema era para eles incómodo.

A final, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) propôs que se deliberasse ouvir os peticionários no GT-Audiências da CEOP e depois se revisitasse o tema na Comissão.

Submetida a nota de admissibilidade a votação, foi a mesma aprovada, com votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e votos contra do PCP e BE.

#### **4. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 410/XII/3.ª – “Solicitam melhores acessibilidades na via pública.”**

**– Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 250/XII/ 4.ª SL

De seguida, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) apresentou o relatório final sobre a Petição n.º 410/XII/3.ª, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

**5. Metodologia de apreciação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 771/XII/4.ª (PS) – “Procede à oitava alteração da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, visando um regime sancionatório mais equitativo nas situações de incumprimento do pagamento de taxas de portagem em infraestruturas rodoviárias” e 796/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) – “Oitava alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem”**

Usou da palavra a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD), para lembrar a necessidade de celeridade neste processo legislativo e propor o dia 7 de abril como data limite para a apresentação de propostas de alteração e a votação na especialidade na reunião de 8 de abril.

O Senhor Deputado Manuel Mota (PS) concordou com a necessidade de celeridade do processo, que não se compadecia com a realização de audições, mas considerou que poderia ser útil solicitar parecer a algumas entidades, pelo que sugeriu o alargamento do prazo.

Face a esta proposta, a Senhora Deputada Carina Oliveira resumiu a nova metodologia a adotar: solicitação de pareceres até ao dia 8 de abril; reunião de um grupo de trabalho constituído *ad hoc* no final do Plenário de dia 9 de abril; entrega das propostas de alteração até ao dia 10 de abril e discussão na reunião da Comissão de 15 de abril. Propôs, finalmente, que se fizesse a republicação da lei que será alterada neste procedimento legislativo.

A proposta de metodologia foi aceite pelos grupos parlamentares presentes.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 250/XII/ 4.ª SL

#### **6. Fixação da Redação Final relativa às Propostas de Lei:**

– n.º 226/XIII/3.ª (GOV) – “Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.”

– n.º 227/XII/3.ª (GOV) – “Procede à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares.”

Por solicitação de diversos grupos parlamentares, este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

#### **7. Outros assuntos**

O Senhor Presidente deu conta da chegada à Comissão de um requerimento do PCP para audição do Secretário de Estado do Turismo e de uma nova petição, sendo que ambos os assuntos seriam incluídos na ordem do dia da reunião seguinte.

**10:00**

#### **Audição da Comissão Especial de Acompanhamento do processo de reprivatização indireta da TAP, S.A., na sequência de requerimento do PS**

Iniciada a audição, o Senhor Presidente deu as boas vindas aos membros da Comissão Especial de Acompanhamento do processo de reprivatização indireta da TAP, S.A., Dr. João Cantiga Esteves, Dr. José Morais Cabral e Prof. Doutor Duarte Pitta Ferraz.

Após a intervenção inicial do Dr. João Cantiga Esteves, usaram da palavra, em sede de primeira ronda de perguntas, os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Luis Vales (PSD), Altino Bessa (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Mariana Mortágua (BE), tendo os membros da Comissão Especial de Acompanhamento do processo de



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 250/XII/ 4.ª SL

reprivatização indireta da TAP, S.A., respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de perguntas, foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Paulo Campos (PS), Afonso Oliveira (PSD), Altino Bessa (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Mariana Mortágua, os quais foram prestados pelos membros da Comissão Especial de Acompanhamento em resposta conjunta.

Finalmente, na última ronda de perguntas, usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Campos (PS), Bruno Dias (PCP), Altino Bessa (CDS-PP), Rui Paulo Figueiredo (PS) e Afonso Oliveira (PSD), tendo o Dr. João Cantiga Esteves respondido a final.

Antes de finalizada a audição, os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP) e Paulo Campos (PS) usaram da palavra para interpelações à Mesa.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser acedida na página da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 13:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 de abril de 2015.

**O PRESIDENTE**

**(PEDRO PINTO)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 250/XII/ 4.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Altino Bessa  
Ana Paula Vitorino  
Bruno Dias  
Carina Oliveira  
Fernando Serrasqueiro  
Hortense Martins  
Luís Leite Ramos  
Luís Vales  
Mariana Mortágua  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Nuno Serra  
Odete Silva  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Pinto  
Rui Paulo Figueiredo  
Valter Ribeiro  
Bruno Inácio  
João Paulo Correia  
Jorge Fão  
Manuel Mota  
Paulo Cavaleiro  
Paulo Sá  
Rui Barreto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira  
Heloísa Apolónia  
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus  
Helder Amaral